



**REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
FREIXO DE ESPADA À CINTA  
REALIZADA NO DIA VINTE E  
CINCO DE SETEMBRO DO  
ANO DE DOIS MIL E  
DEZOITO.**

----- No dia vinte e cinco de setembro do ano dois mil e dezoito, nesta Vila de Freixo de Espada à Cinta, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Maria do Ceu Quintas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal com a presença dos seguintes senhores Vereadores: Rui Miguel Roxo Portela, Fernando António da Silva Rodrigues, Prof. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira e Dr.<sup>a</sup> Antónia da Conceição Meireles Coxito. -----

----- Secretariou: Victor Manuel Glórias Rentes, Assistente Técnico do Município. -----

----- E sendo nove horas e trinta minutos, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, passando-se de imediato à discussão dos seguintes assuntos: -----

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

----- No período de antes da ordem do dia solicitou a palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito que apresentou uma declaração para a ata que a seguir se transcreve. -----

À semelhança do que ocorreu na nossa declaração para a ata data de 12/06/2018, na qual foi apresentada a nossa tomada de posição relativa à situação financeira do Município de Freixo de



---

Espada à Cinta, na sequência dos dados financeiros dos municípios publicados no relatório n.º 03/2018 de abril de 2018 do Conselho das Finanças Públicas (CFP) relativo à situação orçamental da administração local 2017 e do prazo médio de pagamentos publicado a 30 de maio de 2018, Portal Autárquico, em que ficou claro que a situação financeira do Município era muito má em final de 2017, situando Freixo na lista dos Municípios com excesso de endividamento no final de 2017 e com adesão obrigatória ao saneamento financeiro.

Volvidos apenas seis meses e, tendo uma vez mais como referência o relatório de setembro do Conselho de Finanças Públicas, relatório n.º 10/2018 de setembro 2018, relativo à execução orçamental da administração local no 1º semestre de 2018, o que se verifica é que, apesar de transferências do Estado para os Municípios terem aumentado em 1,3% face ao ano anterior, as faturas em dívida do Município que deviam também ter diminuído pois existe mais dinheiro a entrar mensalmente nos "cofres" do Município, sem qualquer obra feita ou investimento produtivo, mesmo assim, e apesar disso, o que tem acontecido é exatamente o contrário, ou seja: as faturas em dívida e os pagamentos em atraso têm vindo sempre a aumentar ao longo do ano, situando-se faturas em dívida em quase 2.600,000 euros, aumentando em quase meio milhão de euros desde janeiro e os pagamentos em atraso a ultrapassarem os 1.200,000 euros, conforme informação n.º 161 da Câmara Municipal, data de 20/09/2018.

Para além disso, há ainda a salientar que o prazo médio de pagamento do Município de Freixo também não para de disparar situando-se nos 291 dias no final do 1º trimestre. Não existindo ainda dados oficiais relativos ao 2º trimestre de 2018, pelos dados acima referidos, o valor será seguramente muito superior.



---

Como não bastasse e, uma vez mais, citando a informação do relatório do Conselho das Finanças Públicas, no quadro 3, relativo aos Municípios com pagamentos em atraso superiores a um milhão de euros, no total dos 308 Municípios, no final do 1º semestre de 2018, no qual se inclui Freixo. Para que não fiquem dúvidas, passamos a transcrever a informação do relatório:

"(...) Estes 20 Municípios concentravam cerca de 91% da dívida vencida e não paga há mais de noventa dias, à data de 30 de junho de 2018.

Da lista anteriormente publicada relativa a 31/12/2017 saiu o Município da Golegã tendo em 2018 entrado para a lista os Municípios de Freixo de Espada à Cinta e Lamego"

Mais uma vez, no 1º semestre de 2018, o rácio da dívida total do Município de Freixo de Espada à Cinta situou-se no intervalo  $1,50 < RDT < 2,25$ , o que pressupõe a adesão obrigatória do Município ao saneamento financeiro conforme previsto no artigo n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro e o envio da informação para as entidades governamentais responsáveis pelas finanças das autarquias, ao Banco de Portugal, à Câmara e à Assembleia.

Uma vez mais, considerando que as nossa intervenções verbais não constam nas atas, pois não são transcritas, dando assim uma ideia errada aos senhores munícipes, optámos por também apresentar um voto de protesto em papel, apresentado em mão, exigindo que a mesma seja transcrita para a ata.

Freixo de Espada à Cinta, 25/09/2018.

Os Vereadores da Oposição

Prof. Nuno Ferreira

Dra. Antónia Coxito



----- Seguidamente a senhora Presidente da Câmara deu conhecimento aos senhores Vereadores de uma denúncia anónima apresentada no Tribunal contra a Câmara Municipal que a seguir se transcreve. -----

Freixo de Espada à Cinta, 16 de julho de 2018

Exmos senhores

Isto já é demais...

Não sei já em que país vivemos pois aqui na minha terra de Freixo de Espada à Cinta não há lei.

Como não vejo ninguém a fazer seja o que for para que a democracia volte tenho que eu tentar dizer o que se passa pois parece que anda tudo com medo.

A nossa câmara municipal e especialmente a nossa presidente Zita, como é conhecida, não obedece a lei nenhuma e é uma vergonha. Alguém tem que fiscalizar e acabar com isto. Os que estão lá eleitos com ela anda tudo ao mesmo.

Vai ser uma lista grande de malandrices e abusos que têm de ser parados de alguma forma porque pelo voto sabe ela bem como fazer para se safar. Numa terra como esta, pequena e de gente muito necessitada e interesseira, para ela é fácil comprar os votos.

Os órgãos autárquicos e não só noutros casos, seguindo o exemplo da presidente e companhia, fazem desta terra uma república das bananas sem lei nem comportamento com civismo e tolerância. Basta ver que ela consegue ter inimizades com todos os que estiveram lá antes, do partido dela ou não, com todos os que não aceitarem entrar no joguinho dos arranjos ou que não se deixem pisar.

BASTA.

Façam alguma coisa

O tanto que deve ser investigado?

NEGÓCIOS EM FAMÍLIA

O filho da presidente da câmara, Ivo Quintas, é presidente da comissão política local do PSD em nome de quem ela foi eleita. Consta-se que até as eleições no partido ele falsifica pois há nomes na



---

comissão política ou nesta ou na anterior que nem consultados foram para fazer parte dela.

O mesmo senhor é membro da assembleia municipal e muitas vezes porta voz do PSD.

Duas razões para não cometer ilegalidades...

Bem pelo contrário.

Ele e a mulher, já com a mãe a presidente de câmara, compraram uma empresa de turismo rural - Casa do Conselheiro- que exploram naturalmente. O que não é natural é haver a suspeita, nunca esclarecida, de que havia ajudas na aquisição por parte de entidades em que a câmara participa, ou pior ainda faturar ao município serviços de portos de honra e outros, refeições ou dormidas de convidados da câmara. Ele além de familiar direto, como a mulher também, é eleito e está limitado para esse tipo de negócios legalmente.

Ao mesmo tempo este senhor tem uma empresa do ramo da eletricidade e tem feito obras para o município o que é ilegalidade pura. Há até atas de reuniões de câmara do mandato anterior em que os vereadores da oposição chamam a atenção para isso. Consta-se até que se descuidaram tanto que até transferências diretas fizeram em nome de Ivo Quintas o que devia ser investigado a partir de 2013. Mas o normal é aparecer camuflado com o nome de outras empresas familiares, um tio em concreto, que estando sedeada na Madeira seria improvável concorrer a obras aqui nesta vila ou até impossível fazê-las e por isso aparece o filho da presidente a fazê-las. Dois exemplos entre outros que há com toda a certeza, o da recolocação de painéis solares no campo de futebol e no gimnodesportivo dentro de um suposto plano de eficiência energética que se pode esclarecer com a empresa MJC de Freixo que concorreu e teria ganho a obra com a condição de a entregar ao senhor Ivo ou dos repuxos em frente à câmara, obra dada ao tal tio da Madeira. Esta última obra dos repuxos nunca funcionou, exceto nos dias de festa para



---

turista ver, como todos os munícipes sabem e nunca foi pedida qualquer responsabilidade ao senhor Ivo que todos viram a colocar o equipamento.

Na piscina municipal coberta onde também trabalhou o senhor Ivo Quintas e faturou bem, a obra nunca foi sujeita a concurso mas sim entregue por ajuste direto a uma empresa da Madeira propriedade do tal seu tio e familiar do primeiro marido da mãe presidente de câmara. Ao que se constou para fazer tais obras houve uma subempreitada através de uma empresa do Marco de Canavezes, sendo sempre o filho Ivo o contato. Claro se a obra era para ele. A parte elétrica do balcão único foi obra também do filho da senhora presidente, com a obra entregue a um empreiteiro.

Mais, e sempre pior, na tal Casa do Conselheiro foi comprada em princípio pelo senhor Ivo uma pequena casa contígua e que foi demolida para fazer um parque de estacionamento do turismo rural. O problema é que foram obras às escondidas numa zona de proteção monumental. Com toda a certeza que nem houve licenças quanto mais as obrigatórias autorizações que a lei exige do Instituto dos Monumentos. Vale tudo para esta família...

O atual marido da senhora presidente, Abílio Morgado, funcionário da câmara há muitos anos, aparece pelo menos como seu adjunto, o que ninguém estranha. Mas diz-se que nunca foi nomeado como tal, no entanto acompanha-a em tudo praticamente, o que também ninguém estranha e é normal. Mas diz-se que recebe ajudas de custo abusivamente o que se estranha muito, até porque a presidente anda sempre com a frase "não há dinheiro" em todas as conversas. Qual é afinal o papel dele...

O curioso é que nestes anos de mandato da esposa que tem sido sempre o cabeça da comissão de festas de Nossa Senhora dos Montes Ermos, lidando pelo que se diz praticamente só ele com o dinheiro da mesma. Já isso é estranho e só aquela família



---

entende que está bem. Mas pior é que nunca foram prestadas contas... E há dinheiro da câmara envolvido logo ele deveria ter mais juízo ao mexer.

Também o marido, Abílio Morgado, tem sido desde muitos anos o responsável único pelas contas da cobrança de água. E que confusão neste setor... Já há casos em tribunal pois o município começou a não cumprir a lei e a faturar consumos depois de passar o prazo legal dos seis meses. Claro que a câmara, além da confusão que armou por sua única responsabilidade, teve prejuízos. Ninguém chama o senhor Abílio a prestar contas pelo mau serviço prestado e ainda por cima se vai entregar essa cobrança a uma empresa intermunicipal que fará com que os preços disparem.

Mas o senhor Abílio, marido da presidente, não tem de prestar contas.

Vergonha maior não há...

SE A PRESIDENTE FAZ...

Os outros eleitos fazem igual ou parecido...

O anterior vice-presidente da câmara Artur Parra que é atualmente presidente da assembleia municipal arranjou sempre trabalhos do município em que um ou os dois dos seus filhos participavam. Peças de teatro, vídeos promocionais, espetáculos, coisas assim...

O atual vice-presidente da câmara Rui Portela, antigo presidente da junta de freguesia de Poiares e por esse meio administrador do Centro Social e Paroquial, grupo desportivo e comissão fabriqueira, que teve uma investigação por uso e abuso de dinheiros e que conseguiu tapar pois basta pensar na riqueza que ostenta para a profissão que sempre desempenhou de carteiro para perceber que alguma coisa não está bem, também entra em negócios familiares menos claros. Enquanto membro da junta de freguesia nunca teve problemas de pagar faturas de eventos a um negócio do pai. O seu irmão que o substituiu na mesma



---

junta talvez continue com a mesma prática. Mas o que esta câmara lhe permite e ninguém compreende, é que o seu irmão utilize gratuitamente há anos uma sala de fisioterapia nas piscinas municipais onde exerce a atividade de massagista remunerado e não como serviço municipal, sem ter havido sequer consulta de outros fisioterapeutas licenciados que existem na terra. Ou que uma sua cunhada entre a trabalhar para a câmara sem ter qualquer vínculo a esta entidade como trabalhadora precária pois ao que se sabe ela estaria a ser paga pela Sociedade Congida La Barca. Mas enfim...

O senhor vereador Fernando, homem muito discreto, não tem qualquer problema em admitir a acusação de um vereador da oposição, conforme consta de ata de reunião do anterior mandato, de que a única coisa que faz na câmara é receber os seus clientes de uma empresa de contabilidade que detém com a sua mulher para tratar de assuntos particulares, usando para tal gabinete e equipamentos municipais nas horas em que deveria estar a tratar dos assuntos para que foi, mal ou bem isso não está em causa, eleito. Quem cala consente.

OUTROS FAZEM IGUAL

O presidente da junta de ligares Ademar Bento, que se mudou de... partido para empregar a filha na câmara, há anos que usa e abusa do poder e todos sabem mas ninguém se atreve pois ele funciona como um coronel brasileiro naquela freguesia. Recebe vencimento ilegal pois a junta de freguesia não lhe deveria pagar mais que a retribuição como presidente e há quem diga que nas contas que foram à assembleia está lá mais que isso. A junta foi herdeira de um conjunto de propriedades que ele tem vendido, passado para o nome da mulher e coisas assim. Não é para admirar pois basta ir à lista de devedores das finanças para ver lá logo o nome dele. Como pode ser candidato numa lista nestas condições ninguém percebe.





---

Tem uma empresa de conserva de azeitona que utiliza para misturar com os trabalhos da junta e até se diz que manda trabalhadores da sua empresa fazer trabalhos para a junta e não lhes paga. Mas recebe ele o valor das jornas e assim arranjou forma de desviar dinheiro da junta para despesas da sua empresa. E isso basta uma análise às contas da junta... O seu genro, funcionário da câmara mas estranhamente dado à junta, além de usar carro municipal sem se perceber porque assim é, pouco tempo está na junta de freguesia e antes vai tratar dos assuntos da fábrica de azeitona.

#### VERGONHOSO O QUE FORAM AS ELEIÇÕES

Toda a gente em Freixo sabe e comenta... Mesmo os que na altura votaram na senhora presidente...

O que nunca se tinha visto nesta terra, já com tantos presidentes eleitos e que nunca nenhum tinha feito, aconteceu com a D. Zita. É normal que quando se ganhem eleições se festeje. Até aí ninguém estranhava que a atual presidente o fizesse, mas com uma organização partidária dos que nela votaram e fizeram campanha por ela.

Foi o que os anteriores sempre fizeram, por isso a despesa era deles ou dos partidos que os candidatavam. Esta senhora pôs toda a gente a pagar... Assim é que é. Na tomada de posse organizou, pago pela câmara e isso é que é vergonhoso e criminoso, uma festarola com comida para quem quis, música e bailarico. Como se disse ninguém acharia mal se fizesse como os outros anteriores fizeram. Agora ser a câmara a pagar uma festa partidária... Que vergonha.

Para ter votos valeu tudo...

Alguém deveria investigar pois são crimes verdadeiros e sem respeito nenhum da lei.

Tantos que acho que a lista ainda nem metade do que aconteceu vai ter.

Usou um programa de recuperação de casas como propaganda e em que os funcionários da câmara responsáveis faziam campanha, especialmente uma



---

senhora doutora Telma como lhe chamam. Pagou-se sem qualquer critério senão o de ganhar o voto do beneficiado, telhados, pinturas, portas e sei lá que mais e sem ninguém depois fiscalizar. Por isso o dizer-se que muitos se gabaram disso. E davam-se três mil euros e mais e não se fiscalizava se era gasto nas tais obras. Outros até diziam que gastaram o dinheiro noutras coisas, como por exemplo a comprar um pedaço de terra como se constou que aconteceu em Lagoaça com alguém de nome Soeiro e outro Zé Gaspar. Mas ainda pior foi recusarem a uns que não viam como possíveis votantes com a razão de ser uma segunda casa e darem a outros que realmente tinha mais que uma casa, como foi ao que se diz o caso de um senhor chamado Janeiro aqui em Freixo. Esses processos deviam ser investigados todos pois foi uma aldrabice...

E pagar obras a particulares usando um empreiteiro chamado Pinto que fez obras numa senhora funcionária chamada Raquel e na casa dos pais dela e outros que não se soube, mas que falavam. No bairro social aqui de Freixo dia que houve uns que aproveitaram para ter obras na casa. Porque só houve eleições.

Uma vergonha mesmo foi o que aconteceu com uma obra na Rua das Moreirinhas aqui em Freixo, de uma senhora Deolinda Faustino, em que em plena campanha houve funcionários da câmara e desse empreiteiro Pinto vistos por tanta gente a fazerem uma obra ilegal pois em zona de proteção aos monumentos e não teve qualquer projeto. E agora até tem limitação de estacionamento. Ao que se chegou.

Devia investigar-se quem pagou, pois o abuso é demais.

Deviam ser inspecionados quais foram os critérios das obras realizadas antes e próximas das eleições pois só foram para isso e como se efetuaram os pagamentos de colocação de portas, janelas,



---

telhados, tetos falsos, oferta de tintas e a quem foram pagas essas obras e esses materiais.

Valia tudo. Cinco autocarros para Fátima pagos quase em cima da eleições e até um autocarro foi a Madrid com dez emigrantes búlgaros em 1 de setembro, antes das eleições, para conseguir os votos. Vergonha.

E VERGONHOSO CONTINUA

Aqui a lei não conta.

Esta câmara só comete ilegalidades e toca em frente que vale tudo. Como se pode acreditar nos políticos assim?

Isto precisa de uma inspeção, de investigação criminal. É uma vergonha o que se passa...

Favores que não se entendem.

Uma associação de agricultores chamada Cooperavit usa instalações gratuitas da câmara e um funcionário, engenheiro Ricardo, é o administrador. Passa a maior parte do tempo a trabalhar nessa associação e não nos serviços da câmara. Só que o dito serviço aos agricultores tem a trabalhar duas engenheiras, uma a esposa do funcionário antes citado, que estiveram nas listas da senhora presidente. Boa forma de pagar favores... Mas há outras agências dos agricultores a quem a câmara faz concorrência desleal. Peculato, tudo e em especial uma vergonha.

O aluguer do bar da Congida, no douro, foi feito através de um processo que devia ser investigado. Como foi o concurso ninguém sabe. E primeiro a farsa de concurso foi para umas instalações que vinham no caderno de encargos e depois transferiu-se para outras sem qualquer concurso pelo que se pode ler em ata da câmara. Pelo menos que se visse aviso não.

Uma série de obras por ajuste direto e sem concurso que até fez falar e votar contra os vereadores da oposição pelo que se pode ver nas atas. Transparência não é preciso, pois assim os que beneficiam dessas obras e fornecimentos votam



---

de certeza. Algumas nem a reunião de câmara foram, o que é uma ilegalidade de todo o tamanho. Mas estão na internet no Base.Gov. Exemplos, material fornecido por António Júlio Louças que deveria ser para o tal programa esquisito das pequenas obras a particulares com um valor de 19 mil euros ou tratamento de pedras no valor de 5 mil euros a Granitos Marelo.

Outras foram à reunião depois de terem sido entregues e feitas, como chamam a atenção os vereadores da oposição e basta ler as atas, como por exemplo, janelas e escadas do edifício da câmara que foram entregues ao empreiteiro Galas Pinto e depois foram feitas por outro que foi a carpintaria Lopes ou um vitral colocado por serralharia Marelo. Uma confusão que só beneficiou alguns. Mas não se respeitou a lei. Uma porta que valeu uma fortuna. Arranjos de móveis do gabinete da presidente por várias fases e sem concurso. Dinheiro do balcão único para novos computadores que não foram lá colocados. Vale tudo.

Obras e escavações em frente ao cemitério com máquinas e viaturas da câmara à mistura com outras de uma empresa local e depois surge uma empresa de arqueólogos sem qualquer consulta pública e sem quase haver decisão da câmara.

Uma obra conhecida por piscina de Ligares que não passa dum tanque sem qualquer segurança nem sistema que garanta a saúde pública foi feita sem projeto, sem responsabilidade de ninguém e ainda agora ninguém sabe de quem é a obra ou quem pagou. Foi a junta de freguesia ou a câmara não se sabe, mas que estiveram todos na inauguração uns dias antes das eleições foi verdade. Vergonhoso mesmo.

Favores descarados a particulares com a utilização de pessoal e viaturas da câmara. E as pessoas a verem. Três exemplos, o desterro de terreno para obra de um funcionário da câmara, Victor Gaspar, em que um camião da câmara com outro de



---

empreiteiro particular transportava as terras para qualquer sítio de logradouro.

Viaturas da câmara que vários dias transportaram terra de uma surriba de terreno para plantaçãõ de uma vinha de um particular, Paulo Fonseca, em que o atual presidente da junta de freguesia eleito pelo partido da senhora presidente é encarregado, e essa terra foi a descarregar no Rio Douro, não teria que ser o particular a fazer isso? Ou outro terreno propriedade de José Meneses, presidente da junta de freguesia de Moncorvo também eleito pelo PSD, que foi limpo com máquinas e pessoal da câmara e do empreiteiro Pinto, não sei porque se pode fazer isto assim.

Para arranjar votos tudo se prometeu, e muitos empregos também: Então o que se tem feito para cumprir com essas promessa é mesmo incrível. Uma lei que saiu para regularizar pessoas com vínculos precários tem sido a salvação da senhora Presidente. Mas uma câmara que tem um contrato PAEL em que está limitada na entrada de pessoal de repente pode meter uns vinte novos funcionários. O processo devia ser inspecionado pois os que tinham vínculo à câmara precário tudo bem, até porque é uma terra com muitas necessidades de emprego, agora fazer todas as batotas para dar emprego aos prometidos e deixar os outros para trás isso não. E os casos são muitos e duvidosos.

E para poder pagar salários há casos mesmo muito difíceis de entender. No meio desta confusão a câmara utilizou duas associações de uma maneira que me parece ilegal e que é muito falada aqui. Há duas ou três associações com um papel muito duvidoso pois praticamente nem existem ou a sua atividade na tem a ver com as funções em que a senhora presidente as usa. Se calhar nem contas aprovam. A maior, com grandes transferências de dinheiro usado para pagar os salários desse pessoal a que se compraram os votos é o chamado CASC que é uma associação de apoio ao funcionários



---

da câmara e afinal serve para tudo. Para manter equipas de futebol, o que nem é tão mau, mas também para servir refeições a qualquer um ou para fazer pagamentos pela porta do cavalo. Não se conhecem eleições normais como nas outras associações e nem que preste contas aos associados. Os funcionários que a dirige, com responsabilidades administrativas e financeiras na câmara, são apontados como fazendo pagamentos muito variados em nome da câmara e sem haver controle seja de quem for mas só da senhora presidente. Incrível mesmo. Diz-se que até um engenheiro Amadeu e um vereador, Fernando Rodrigues, fazem pagamentos em dinheiro usando o nome do CASC sem se saber qual o papel que tem em relação a essa associação. Deviam ser investigados todos os montantes atribuídos ao CASC desde 2013, pois os vereadores da oposição várias vezes e basta ler as atas das reuniões perguntam e numa delas o anterior vice-presidente do município reconhece esses pagamentos. Deviam ser vistos os montantes atribuídos e pagos, que serviram para efetuar pagamentos a pessoas que trabalham ou trabalharam para a câmara sem haver os descontos para impostos e segurança social, eram feitos em dinheiro vivo, como se de lavagem de dinheiro se tratasse.

Outra associação que não tem atividade há muitos anos, que não se sabe quem a dirige ou tem a sede sequer, se tem sócios ou se há reuniões sequer, chamada Juventude em Movimento é usada para fazer pagamentos a pessoal vários e que deviam ser investigados. Só se sabe que ela tem um dirigente que é atualmente secretário da assembleia municipal, o senhor António José Morgado. Como é possível? Outra associação também com atividade duvidosa chama-se Roda Livre e é presidida pelo filho da senhora presidente. Devia ser tudo investigado pois é uma vergonha o que se passa e passou.



---

Depois há outras formas de pagar a pessoas que ninguém compreende mesmo pois são muito estranhas. Contratos a recibos verdes sem qualquer concurso com o pagamento de segurança social e impostos pela câmara. Alguns contratos de prestação de serviços com empresas unipessoais muito estranhos, por exemplo, uma de um senhor Neto de Lagoaça que fazia limpeza de ruas durante a fase mais próxima das eleições e de repente desapareceu, outra de uma senhora Leonor Bastião que agora desapareceu e a senhora foi colocada com contrato de trabalho na câmara, outra de um senhor Pedro Carrasco que a certa altura emigrou e dizia-se que tinha recebido uns milhares de euros. Todas estas empresas deveriam ter atividade registada nas finanças e ter contas, mas será que seria assim.

O tal processo de regularização de precários deixa tantas dúvidas que devia ser mesmo investigado. Uma senhora veterinária que tinha uma avença por umas horas que fazia serviço à câmara passou a ter contrato de trabalho, sendo essa senhora a esposa do presidente da câmara vizinha de Moncorvo. Como disse antes algumas senhoras que eram empresárias e prestavam serviços de limpeza à câmara aparecem agora contratadas por esta. Diz-se que até casos de pessoas que recebiam pagamentos por associações fora do concelho como uma associação de apoio a deficientes da Régua e agora estão contratados pela câmara. Muitos pagamentos a pessoas de limpeza que eram feitos sem se saber bem quem pagava, e até se fala em pagamentos indevidos de cartas de condução a um senhor chamado Cristiano. Coisas mesmo que nem dá para acreditar, mas que deviam ser investigadas.

Todo esse processo dos precários devia ser averiguado. E serem responsabilizados os que pagaram em situações pouco claras e sem descontos para a segurança social durante meses. Elementos da direção do CASC, da Juventude em Movimento, da



---

Congida La Barca, vereador Fernando, secretária da senhora Presidente.

E promoções na câmara e no agrupamento de escolas com grandes dúvidas se os funcionários em causa podem ser promovidos e sem qualquer tipo de concurso pois poderia até haver outros interessados e com as mesmas qualificações.

Até no pagamento de despesas do mercado medieval feito recentemente há dúvidas entre os pagamentos que vão à reunião de câmara para ser aprovados e aqueles que são mesmo pagos.

Acho que está aqui matéria tanto política como criminal para que deva haver inspeções administrativas e financeiras. Não se pode tolerar este estado de coisas. A atual câmara de Freixo de Espada à Cinta não cumpre e não faz cumprir a lei. E faz de propósito pois na confusão reina quem for mais poderoso. O poder local não pode ser isto, corrupção, abuso de poder, ilegalidades.

Espero que haja um pingo de vergonha pelo menos por quem manda acima deles que destes autarcas não se espera grande coisa.

AMMurta

----- O Vereador senhor Nuno Ferreira manifestou o seu repúdio por esse tipo de ações, nomeadamente a utilização de denúncias anónimas uma vez que as pessoas deveriam dar a cara e não utilizar esses meios ou redes sociais de uma forma anónima para se manifestarem. -----

----- No período reservado à intervenção do público solicitou a palavra o município senhor Ivo Quintas que referiu que a sua postura é mesma que referiu o senhor Vereador Nuno Ferreira, de que as pessoas devem assumir aquilo que escrevem. -----

----- Referiu também que não tem conhecimento de qualquer familiar que viva na Madeira. -----

----- Referiu também quais os montantes que faturou à Câmara Municipal no período de dois mil e quinze a dois mil e dezoito, quer na empresa Ivo Quintas Unipessoal e Casa do Conselheiro. -----





----- Falou seguidamente do subsídio atribuído ao Clube Auto Roda Livre bem como das atividades que o referido Clube organizou. -----

----- Relativamente à comissão política do PSD referiu que as últimas eleições no partido já foram à cinco anos e já deveriam ter sido realizadas novas eleições mas não há militantes ativos suficientes para realizar as mesmas. -----

----- Usou de seguida da palavra o Munícipe senhor Artur Parra que referiu que o seu filho mais novo faz parte de um grupo de teatro e de uma banda de música referindo que no tempo do senhor Presidente José Santos o seu filho este aqui a representar duas peças de teatro e já com a senhora Presidente Maria do Céu a banda veio cá uma vez e veio agora também nas festas da Vila sendo os seus honorários de aproximadamente mil euros, ora os custos para a Câmara não são assim tantos. -----

## ORDEM DO DIA

----- **RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** - A Câmara Municipal tomou conhecimento da existência de fundos através do resumo diário de tesouraria do dia vinte e quatro do mês de setembro do ano dois mil e dezoito que acusa o saldo disponível de: -----

**Dotações Orçamentais** – Trezentos e setenta mil, cento e dezasseis euros e oitenta e um cêntimos. -----

**Dotações não Orçamentais** – Cento e dezoito mil, seiscentos e quarenta e seis euros e cinco cêntimos. -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA:** - Deliberado por maioria, aprovar a ata da reunião ordinária realizada no dia onze de setembro do ano de dois mil e dezoito, dispensando-se a sua leitura em virtude de as mesmas terem sido distribuídas previamente a todos os membros do Executivo. -----

----- Os Vereadores senhores Nuno Ferreira e Antónia Coxito votaram contra a aprovação da ata em virtude de não constarem na mesma todas as suas intervenções nem o que de essencial foi dito na mesma. -----



---

## **01 – COMPETÊNCIA EXCEPCIONAL – DECISÕES**

**----- Tomada de conhecimento do despacho datado do dia dezassete de setembro do presente ano que aprovou a nona alteração ao Orçamento da Despesa para o ano de dois mil e dezoito. -----**

**----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**----- Tomada de conhecimento do despacho datado do dia dezassete de setembro do presente ano que aprovou a sexta alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de dois mil e dezoito. -----**

**----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**----- Tomada de conhecimento do despacho datado do dia dezassete de setembro do presente ano que aprovou a primeira alteração ao Orçamento da Receita para o ano de dois mil e dezoito. -----**

**----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

## **03 – OBRAS PARTICULARES**

**----- De MANUEL PIRES RODRIGUES, para ampliação de uma moradia unifamiliar sita na Rua de Vale de Igreja desta Vila, a que corresponde o processo de obras n.º 12/2017. -----**

**----- Atenta a informação número trezentos e cinquenta e seis barra dois mil e dezoito, subscrita pela Técnica Superior Sandra Abrunhosa, datada do dia vinte de setembro do presente ano, da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade a aprovação da pretensão em causa e notificar o requerente que deverá requerer, no prazo de um ano a contar da data de notificação do ato de licenciamento ou autorização a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos legalmente exigíveis nos termos da Portaria número cento e treze barra dois mil e quinze de vinte e dois de abril. -----**



---

----- De **JOSÉ MANUEL CALDEIRA SANTOS**, para deliberação final do processo de ampliação/legalização de anexos, a que corresponde o processo de obras n.º 10/2018 e cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara realizada no dia 05/06/2018. -----

----- Atenta a informação número trezentos e cinquenta e cinco barra dois mil e dezoito, subscrita pelo Técnico Superior Paulo Calvão, datada do dia dezanove de setembro do presente ano, da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade a aprovação da pretensão em causa e notificar o requerente que deverá requerer, no prazo de um ano a contar da data de notificação do ato de licenciamento ou autorização a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos legalmente exigíveis nos termos da Portaria número cento e treze barra dois mil e quinze de vinte e dois de abril. -----

----- De **EURICO FERNANDO MARTINS GOMES DE ALMEIDA**, para deliberação final do processo de substituição da cobertura de edifício de habitação a que corresponde o processo de obras n.º 16/2018 e cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara realizada no dia 11/09/2018. -----

----- Atenta a informação número trezentos e quarenta e quatro barra dois mil e dezoito, subscrita pelo Técnico Superior Paulo Calvão, datada do dia treze de setembro do presente ano, da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade a aprovação da pretensão em causa e notificar o requerente que deverá requerer, no prazo de um ano a contar da data de notificação do ato de licenciamento ou autorização a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos legalmente exigíveis nos termos da Portaria número cento e treze barra dois mil e quinze de vinte e dois de abril. -----

## **06 – REQUERIMENTOS DIVERSOS**

----- De **ABILIO AFONSO CORDEIRO CAIPIRA**, solicita certidão nos termos e para os efeitos do art.º 54º da Lei 64/2003, de 23 de agosto, do prédio rústico localizado no Lugar da Horta em Lagoaça. -----

----- Atenta a informação número trezentos e trinta e oito barra dois mil e dezoito, datada do dia onze de setembro do presente ano, da Divisão



---

Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer favorável. -----

## 08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

----- **DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE 1 CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1º GRAU – DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO DE OBRAS E HURBANISMO – PROPOSTA:** Pela senhora Presidente da Câmara Municipal foi presente uma proposta no sentido de designar o júri do procedimento concursal em título referenciado e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por maioria e por escrutínio secreto, com três votos a favor e dois contra aprovar a proposta em apreço mais deliberando ainda submeter a presente proposta à consideração e votação da Digníssima Assembleia Municipal. -----

----- **PROJETO “VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL E PAISAGÍSTICA DO ESPAÇO DO MIRADOURO DO PENEDO DURÃO” – CERTIFICADO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PARA AS POPULAÇÕES OU PARA A ECONOMIA LOCAL – CANDIDATURA AO PDR 2020 – PROPOSTA:** Presente a informação número dois, datada do dia vinte de setembro do presente ano, subscrita pelo Técnico Superior Ricardo Madeira e que a seguir se transcreve. -----

Ex.ma Senhora Presidente da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta.

Atendendo a que se encontra a decorrer até ao dia 8 de Outubro de 2018 o período de apresentação de candidaturas ao anúncio n.º “001/DSAD/10216/2018 – Renovação de Aldeias” do PDR 2020 – Programa de Desenvolvimento Rural, no âmbito da iniciativa LEADER, e tendo o Município de Freixo de Espada à Cinta a pretensão de candidatar ao mesmo um projeto designado de “Valorização patrimonial e



---

**paisagística do espaço do Miradouro do Penedo Durão**”, venho informar V. Ex. do seguinte:

1. A medida em causa é gerida pelo Grupo de Ação Local (GAL) Douro Superior, Associação de Desenvolvimento, sendo direcionada aos concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa;
2. As candidaturas no âmbito do aviso permitem a obtenção de um apoio concedido sob a forma de subsídio não reembolsável no valor de 50% sobre o montante total elegível;
3. As iniciativas a desenvolver deverão incidir no apoio à preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais, nomeadamente paisagísticos e ambientais;
4. Atendendo a que o projeto **“Valorização patrimonial e paisagística do espaço do Miradouro do Penedo Durão”** prevê a implementação de diversos elementos, tais como gradeamentos de proteção e corrimões das escadas em madeira, mesas e bancos em madeira, equipamento lúdico infantil, uma luneta de miradouro, etc., informo V. Ex. acerca do enquadramento do mesmo na medida em apreço, podendo neste sentido ser apresentada uma candidatura para efeitos de obtenção de cofinanciamento;
5. De acordo com a legislação aplicável, designadamente a alínea i) do Art.º 46.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, um dos critérios de elegibilidade passa por reconhecer o projeto a candidatar como sendo de interesse para as populações ou economia local, evidência essa que é comprovada pelo facto de o miradouro do Penedo Durão se tratar de um local emblemático e de elevado interesse natural e paisagístico, sendo por isso uma das referências turísticas do concelho no que toca à atração de visitantes, contribuindo de forma direta para a valorização da identidade freixenista e para a dinamização das diversas atividades económicas existentes. Trata-se assim de um motor de desenvolvimento local com efeitos consequentemente positivos na qualidade de vida das populações.



---

Perante o exposto e no seguimento de um esclarecimento telefónico prestado pelo GAL acerca do critério de elegibilidade abordado no ponto 5., é essencial para efeitos de aprovação da candidatura a apresentar de que o projeto **“Valorização patrimonial e paisagística do espaço do Miradouro do Penedo Durão”** seja considerado pela Assembleia Municipal como sendo de reconhecido interesse para as populações ou para a economia local, o qual deverá ser certificado através de uma declaração.

Nestes termos, coloco à consideração de V. Ex. a inclusão da presente informação na agenda da próxima reunião de Câmara Municipal para efeitos de deliberação e encaminhamento à Assembleia Municipal para apreciação, de modo a que possa ser emitida a mencionada declaração de reconhecimento para posterior apresentação da candidatura ao cofinanciamento do projeto.

O TÉCNICO SUPERIOR

Ricardo Sapage Madeira, Eng.º

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade considerar que a operação em apreço é de reconhecido interesse para as populações ou para a economia local, mais deliberando ainda submeter a presente informação à consideração e votação da Digníssima Assembleia Municipal. -----

----- **ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA I DO PAEL E REEQUILÍBRIO FINANCEIRO A 20 DE SETEMBRO DE 2018 – TOMADA DE CONHECIMENTO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação sobre o acompanhamento do programa I do PAEL e Reequilíbrio Financeiro a vinte de setembro de dois mil e dezoito.

----- **INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 1 DO ARTIGO 56º DA LEI 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO – ALERTA PRECOCE DE DESVIOS – TOMADA DE CONHECIMENTO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação nos termos do n.º 1 do artigo 56º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro sobre o alerta precoce de desvios. -----



---

**----- ATOS PRATICADOS NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – TOMADA DE CONHECIMENTO:** Presente a informação número cento e noventa e quatro, datada do dia vinte de setembro do presente ano, subscrita pela Chefe de Divisão Dr.<sup>a</sup> Susana Valente e que a seguir se transcreve. -----

No âmbito da delegação de competências delegadas pela Câmara Municipal na senhora Presidente da Câmara, informa-se para efeitos de tomada de conhecimento, a Excelentíssima Câmara Municipal que foram praticados os seguintes atos:

- O Município no dia 17/09/2018, vendeu por escritura pública de compra e venda em regime de propriedade resolúvel, um prédio urbano sito na Rua do Samiteiro, em Freixo de Espada à cinta, pelo valor de 32.581,50€ à Sr.<sup>a</sup> Ana Basaloco Sapage.

- O Município no dia 18/09/2018, comprou por escritura pública de compra e venda, um prédio urbano sito na Avenida Guerra Junqueiro, em Freixo de Espada à Cinta, pelo valor de 20.000,00€ às Sr.<sup>as</sup> Alice Tavares Andrade, Maria Laura Tavares Andrade Silva Mendes e ao Sr. Mário Antero Pinto Andrade Silva.

- O Município no dia 20/09/2018, comprou por escritura pública de compra e venda, um prédio urbano, sito na Rua de Trás da Igreja em Ligares, pelo valor de 6.250,00€ ao Sr. José Alexandre Neves Milheiro de Oliveira e esposa.

É tudo quanto me cumpre informar.

A Chefe de Divisão  
(Dr.<sup>a</sup> Susana Maria Durana Valente)

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço.



---

**ARU**

**----- PARA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA A BENEFÍCIOS FISCAIS E MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA REABILITAÇÃO URBANA, DA HABITAÇÃO SITA NA RUA DO PORTO SECO DESTA VILA PERTENCENTE A MANUEL DO NASCIMENTO TAVARES RIBEIRO:** Atenta a informação número trezentos e cinquenta e quatro barra dois mil e dezoito, datada do dia dezanove de setembro do presente ano da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, conceder um incentivo financeiro no montante pecuniário de duzentos e cinquenta e nove euros e dois cêntimos. -----

**----- PARA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA A BENEFÍCIOS FISCAIS E MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA REABILITAÇÃO URBANA, DA HABITAÇÃO SITA NA RUA DO CARRIL DE BAIXO DESTA VILA PERTENCENTE A CELESTE JANEIRO FERREIRA:** Atenta a informação número trezentos e cinquenta e três barra dois mil e dezoito, datada do dia dezanove de setembro do presente ano da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, conceder um incentivo financeiro no montante pecuniário de oitocentos euros. -----

**RUÍNAS**

**----- FRANCISCO MANUEL ANDRADE – AUTO DE VISTORIA:** Pela senhora Presidente da Câmara foi presente o auto de vistoria que a seguir se transcreve. -----

*Aos 18 dias do mês de julho de 2018, no seguimento do despacho datado de 19/06/2018 exarado pela Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal na informação n.º 222/2018/DTOUM, deslocou-se a Comissão de Vistoria ao Lugar Vale de Brita em Poiares a fim de*





---

verificar as condições em que se encontra o imóvel pertença do senhor Francisco Manuel Andrade, tendo apurado o seguinte:

Caracterização do Imóvel

Número de pisos:

Tipo de paredes: alvenaria de pedra

Tipo de cobertura:

Elementos salientes: nenhum

Anomalias detetadas

- Parte do muro de suporte desmoronado, ocupando parte do espaço público;

Nível de conservação (artigo 5º, D.L. n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro)

1 - Péssimo

Obras preconizadas

- Limpeza do espaço público

- Reconstrução do muro ou estabilização do talude

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade notificar o proprietário das anomalias detetadas bem como das obras que devem ser efetuadas. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** Nos termos do número três do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e para efeitos do disposto no artigo noventa e um do mesmo normativo legal, foi deliberado por unanimidade, aprovar em minuta os textos das presentes deliberações.

----- **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, eram doze horas da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----



---

----- E eu, Victor Manuel Glórias Rentes, Assistente Técnico do Município a subscrevo e também assino. -----

A Presidente da Câmara

*Armando da Costa*

O Assistente Técnico

*Victor Manuel Glórias Rentes*